

HABEAS CORPUS Nº 493.492 - PR (2019/0042970-8)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : CESAR AUGUSTO DURAES RIBEIRO
ADVOGADO : CESAR AUGUSTO DURÃES RIBEIRO - PR076593
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : L J D R (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO INDEFERITÓRIA DE LIMINAR EM OUTRO *HABEAS CORPUS* NA ORIGEM, AINDA NÃO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO DA SÚMULA N.º 691 DA SUPREMA CORTE. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de L. J. D. R. contra decisão indeferitória de provimento urgente da Desembargadora Relatora do HC n.º 0003809-16.2019.8.16.0000 em trâmite no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Consta dos autos que o Juízo processante, quando do recebimento da denúncia, decretou a prisão preventiva do Paciente, em 09/02/2018, pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 217-A, *caput*, do Código Penal (fato 01) e 241-D, parágrafo único, inciso I, do Estatuto da Criança e do Adolescente (fato 02).

O Juízo de primeiro grau concedeu ao Paciente, na data de 19/08/2018, o recolhimento em prisão domiciliar, com monitoração eletrônica, em razão da inexistência de Sala de Estado Maior na localidade em que o Paciente encontrava-se recolhido, mantendo, contudo, todos os motivos pelos quais foi decretada a sua prisão preventiva (*decisão de seq. 17.1 – autos nº 0001269-48.2018.8.16.0026 e decisão de seq. 11.1 – autos nº 0001195-91.2018.8.16.0026*) (fl. 298).

Posteriormente, o Juízo singular revogou a prisão preventiva do Paciente decretada nos Autos n.º 0001269-48.2018.8.16.0026, na data de 12/12/2018, ficando preservada a prisão cautelar do Paciente decretada no Processo n.º 0001195-91.2018.8.16.0026.

Por oportuno, cito os seguintes trechos da referida decisão, *in verbis* (fl.

420):

"Ante o exposto, defiro o pedido inicial, revogo a prisão preventiva decretada nos autos nº 0001269-48.2018.8.16.0026 e concedo a liberdade provisória ao requerente L. J. D. R.

Deixo, todavia, de aplicar as medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP, tendo em vista que são inócuas no caso concreto, ante a prisão domiciliar decretada nos autos nº 0001195-91.2018.8.16.0026, a qual se mantém hígida e não está abarcada pela presente."

Inconformada com a segregação cautelar do Acusado, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem, cujo pedido liminar foi indeferido (fls. 449-451).

Nas razões deste *writ*, alega-se, em suma, que não se encontram presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva previstos no art. 312 do Código de Processo Penal e que há excesso de prazo para a formação da culpa.

Requer-se, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva do Paciente.

É o relatório inicial. Decido.

O entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal e por este Superior Tribunal de Justiça é no sentido de não se admitir *habeas corpus* contra decisão denegatória de liminar proferida em outro *writ* na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância.

É o que está sedimentado na Súmula n.º 691/STF ("*não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar*"), aplicável, *mutatis mutandis*, a este Superior Tribunal de Justiça (HC 373.455/AgRg-SP, Rel. Min. REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, DJe de 28/11/2016; HC 376.893/AgRg-SE, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, DJe de 24/11/2016; HC 298.009/SP, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, DJe de 04/09/2014; HC 349.829/SP, Rel. Min. MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, DJe de 01/08/2016, v.g.).

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido que, em casos

excepcionais, deve preponderar a necessidade de se garantir a efetividade da prestação da tutela jurisdicional de urgência para que flagrante constrangimento ilegal ao direito de liberdade possa ser cessado – tarefa a ser desempenhada caso a caso.

Todavia, esse atalho processual não pode ser ordinariamente usado, senão em situações em que se evidenciar decisão absolutamente teratológica e desprovida de qualquer razoabilidade, na medida em que força o pronunciamento adiantado da Instância Superior, subvertendo a regular ordem do processo.

No caso, não houve, nas decisões ordinárias, ilegalidade patente que autorize a mitigação da Súmula n.º 691 do Supremo Tribunal Federal – cuja essência vem sendo reiteradamente ratificada por julgados deste Superior Tribunal de Justiça –, sobretudo diante do que consignou a Desembargadora Relatora, que indeferiu o pedido liminar na origem (fls. 449 - 451; sem grifos no original):

*"A propósito dessa discussão, por sua vez, esta C. 4.ª Câmara Criminal já teve a oportunidade de, reputando **caracterizado o periculum libertatis**, consignar que **o paciente teria constrangido a vítima, sua enteada, por diversas vezes**, à prática de atos libidinosos diversos da conjunção carnal, tendo supostamente incidido no cometimento dessas condutas, de forma reiterada, **valendo-se da condição de padrasto da criança**. Nesse sentido, quer o decreto prisional, quer as decisões de indeferimento dos pedidos de revogação de prisão preventiva, estão concretamente motivadas.*

De resto, tampouco há 'excesso de prazo' a ser reconhecido.

O lapso temporal estipulado pela jurisprudência como adequado para o término da instrução não é absoluto e nem tampouco se ignora que o cálculo em questão não se faz a partir da mera soma aritmética dos prazos destinados para a prática de cada ato processual. Impende relevar, no cômputo de que aqui se está tratando, os percalços enfrentados pelo Juiz na condução do processo. É sabido que a complexidade do feito, via de regra mensurada pelo número de testemunhas arroladas, réus denunciados, diligências requeridas pelas partes ao longo da instrução e outras intercorrências, pode justificar maior delonga para o término da instrução.

[...]

Pelo exposto, indefiro a liminar."

Na situação dos autos, não verifico, *prima facie*, ilegalidade patente que autorize a mitigação da Súmula n.º 691 do Supremo Tribunal Federal, cuja essência vem sendo reiteradamente ratificada por julgados desta Corte, notadamente porque a decisão que decretou a prisão preventiva do Paciente não se encontra, em juízo de cognição

sumária, desprovida de fundamentação, tendo sido demonstrada a necessidade da custódia para garantia da ordem pública, diante **da gravidade concreta do delito e da conveniência da instrução criminal**.

Exemplificativamente:

"PROCESSO PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. ESTELIONATO TENTADO. DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS CAUTELARES. RECORRENTE NÃO LOCALIZADO PARA INTIMAÇÃO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. PRISÃO EM FLAGRANTE POR COMETIMENTO DE OUTRO CRIME. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. REITERAÇÃO CRIMINOSA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.

2. No caso, a custódia preventiva está adequadamente motivada na necessidade de resguardar a aplicação da lei penal, considerando o descumprimento das medidas cautelares pelo recorrente, especificamente, o de comparecimento mensal em juízo, de fornecer corretamente o endereço onde poderia ser encontrado, bem como de mantê-lo atualizado.

3. 'Nos termos do art. 312, c/c o art. 282, § 4º, do CPP, o descumprimento injustificado de condição da liberdade provisória constitui motivação idônea para a sua revogação e negativa do direito de apelar em liberdade, diante da necessidade de assegurar o cumprimento da condenação' (HC 368908/AC, QUINTA TURMA, Relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, DJe 24/2/2017).

4. O decreto preventivo fundamenta-se, também, na garantia da ordem pública, em razão do risco concreto de reiteração delitiva, tendo em vista a notícia de prisão em flagrante pelo cometimento de outro crime.

5. Recurso não provido." (RHC 102.812/CE, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 04/10/2018, DJe 11/10/2018; sem grifos no original.)

Ademais, no que concerne ao alegado excesso de prazo, salientou a Desembargadora Relatora do writ originário, ao indeferir o pedido liminar lá formulado, que "[o] feito é complexo, como esclarece o próprio impetrante, especialmente ao afirmar que há carta precatórias, expedidas para outra unidade da federação, pendentes de cumprimento, e que outra diligência, consistente na submissão do paciente a exame médico, também está pendente de cumprimento. Assim, a delonga observada, longe de

ser resultado de eventual desídia ou descaso, está plenamente justificada, razão pela qual não merece acolhimento a alegação de excesso de prazo” (fl. 451), fundamentos que não se mostram desarrazoados.

Não há, assim, teratologia a ser corrigida. A matéria, como se vê, depende de aprofundamento do próprio mérito do *writ*, devendo-se reservar primeiramente à Corte impetrada a análise, sendo defeso ao Superior Tribunal de Justiça adiantar-se nesse exame, sobrepujando a competência da instância *a quo*, mormente porque o *writ*, ao que parece, está sendo regularmente processado.

Ante o exposto, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora